

**A TAREFA DE RECORDAR A PESSOA FALECIDA: CONSIDERAÇÕES
SOBRE O AMOR EM KIERKEGAARD**

THE TASK OF RECOLLECTING ONE WHO IS DEAD: CONSIDERATIONS
ABOUT LOVE IN KIERKEGAARD

JOSÉ DA CRUZ LOPES MARQUES (*)



(*) **José da Cruz Lopes Marques**

Formado em Teologia pelo Seminário Batista do Cariri (2002). Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (2008), mestre (2016) e doutor (2019) em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. É professor efetivo do Instituto Federal do Ceará e professor colaborador da Faculdade Batista do Cariri. É autor dos livros *Diário de sonhos do Doutor Satírico* (2012), *Cultivando a reciprocidade* (em coautoria com José Roberto Costa, 2014) e *Vestígios de Deus* (2020).

E-mail: markvani18@yahoo.com.br

Resumo: Com base na análise do penúltimo capítulo de *As Obras do Amor* do pensador dinamarquês Søren Kierkegaard, o presente artigo pretende esclarecer em que sentido a recordação da pessoa falecida deve ser compreendida como uma obra de amor, focando, sobretudo, no alcance moral dessa tarefa, isto é, apontando em que medida, esta recordação se apresenta como um modelo do amor a ser dirigido ao próximo.

Palavras-chave: Dever Moral; Existência; Morte; Amor; Recordação.

Abstract: Based on the analysis of the penultimate chapter of the *Works of love* by the Danish thinker Søren Kierkegaard, this article aims to clarify in what sense the recollecting one who is dead should be understood as a work of love, focusing, above all, on the moral scope of this task, that is, pointing out the extent to which this recollection is presented as a model of love to be directed towards the neighbor.

Keywords: Moral Duty; Existence; Death; Love; Recollection



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

NOTA PRELIMINAR

Em um contexto em que a pandemia de Covid 19 ceifou, até o presente momento, quase meio milhão de vidas apenas no Brasil e os números no mundo ultrapassam os 3 milhões, um cenário em que a morte se tornou a companheira indesejável de nossos dias de confinamento, a reflexão sobre esse assunto ultrapassa as fronteiras epistêmicas e passa a interessar todos os campos do saber. Obviamente, a filosofia em seu comprometimento com a existência não se furta à reflexão e ao debate acerca dessa experiência limite, sobretudo, em tempos em que ela aparece de modo tão persistente e avassalador.

De fato, a colocação da morte como objeto de análise ou como categoria filosófica é um empreendimento quase tão antigo quanto a própria origem da filosofia, como nos lembra exemplarmente a célebre definição socrática da filosofia enquanto preparação para a morte (*thanatou melēte*), encontrada no *Fédon*¹, (PLATÃO, 2004) concepção retomada por Cícero (2002) e, posteriormente, por Michel de Montaigne (2004) em seus *Ensaíos*. O próprio Epiteto costumava atribuir a origem da filosofia ao sentimento de impotência que invade o homem diante das situações-limite, a exemplo da morte, ideia semelhante àquela encontrada em Sêneca (2006) em seu breve tratado *Sobre a brevidade da vida*. Versões mais contemporâneas da relação entre a morte e a filosofia podem ser encontradas em Jaspers (2016) para quem, ‘a existência só desperta quando o existente é sacudido pela ideia da morte’ ou Heidegger em sua célebre definição do homem (Dasein) como o ser para a morte em Ser e tempo. Assim, não nos surpreende a afirmação de Schopenhauer (2001) na abertura de sua *Metafísica da morte* de que ‘a morte é a musa inspiradora da filosofia’. A título de exemplos preliminares, não poderíamos deixar de mencionar a definição de Heidegger (2005) do homem (Dasein) enquanto ser para a morte em Ser e tempo.

Pelos exemplos listados acima, o tema da morte parece possuir uma pertinência histórica à reflexão filosófica. Obviamente, determinados contextos parecem acrescentar um senso de urgência a essa reflexão, mas o fato é que a filosofia, enquanto possibilidade

¹ Em uma passagem do *Fédon*, Sócrates declara: “O que equivale exatamente a dizer que ela se ocupa, no bom sentido, com a filosofia, e que, de fato, sem dificuldade se prepara para morrer. Poder-se-á dizer, pois, de uma tal conduta, que ela não é um exercício para a morte?” — Sim, realmente é isso”. (PLATÃO, 1991, p. 146).

de reflexão sobre a existência não pode desconsiderar o debate acerca da morte, não apenas enquanto antítese radical da vida, mas como um elemento que serve para orientar a existência. No presente artigo, refletiremos acerca da morte a partir da filosofia de Søren Kierkegaard (1813 – 1855). De um modo mais específico, nossa análise terá como referência o capítulo 9 da segunda seção de *As Obras do Amor*, intitulado: “A obra de amor que consiste em recordar uma pessoa falecida”. Em nosso percurso, começaremos por ressaltar a importância do tema da morte para a reflexão kierkegaardiana, além de situá-lo no escopo argumentativo do texto de 1847. Na sequência, a partir de uma análise do capítulo em questão, procuraremos esclarecer em que sentido a recordação de uma pessoa falecida se constitui em uma obra do amor. Responderemos ainda a algumas críticas direcionadas ao conceito kierkegaardiano de amor, ao mesmo tempo em que procuraremos colocar em evidência o alcance moral da recordação apresentada por Kierkegaard neste trecho de sua obra. Por fim, pretendemos apontar possíveis implicações do conceito kierkegaardiano de amor para o nosso tempo em que a experiência de contemplação da morte tornou-se tão banalizada.

1. O TEMA DA MORTE NA FILOSOFIA KIERKEGAARDIANA

Toda existência empírica está escravizada à morte. Contudo, o homem que, em vida, adquire conhecimento da morte e reflete acerca da vida e não da morte, rompe a escravidão (JASPERS, 2016, p. 127).

Inegavelmente, o tema da morte (død) possui um lugar de destaque na filosofia kierkegaardiana, sendo explorado em diferentes perspectivas e situações ao longo da vasta produção do filósofo de Copenhague. Claramente, Kierkegaard fez desta noção uma importante categoria de seu itinerário filosófico, o que ficou ilustrado na sugestiva e inusitada dedicatória que se repete na abertura dos *Discursos Edificantes*: “Ao defunto Michael Pedersen Kierkegaard, que foi alfaiate nesta cidade, meu pai” (KIERKEGARD, 2010). Para listar alguns exemplos nesta abertura, a morte é colocada como possibilidade angustiante do Cavaleiro da Fé rumo ao salto decisivo em *Temor e Tremor* (1843).

Vigilius Haufniensis, por sua vez, o pseudônimo que assina *O Conceito de Angústia* (1844), valendo-se da influência de Lessing², pontua que a dimensão terrível e angustiante da morte está associada à definição do homem como espírito, elemento que, segundo Haufniensis, não era encontrado no paganismo (POLITIS, 2002, p. 39). No *Pós-Escrito* (1846), texto que representa um divisor de águas na produção kierkegaardiana, a morte também é colocada como objeto de reflexão. Nesta obra, em um longo parágrafo, Johannes Climacus argumenta contra a possibilidade de se estabelecer um sistema da existência com base, justamente, no caráter contingente e incerto da vida frente à possibilidade da morte. Vale lembrar ainda o entrelaçamento entre as categorias de morte e desespero realizado por Anti-Climacus em *Doença para Morte* (1849), explorando, dentre outros aspectos, a dialética da morte que, à luz da doutrina cristã, é tanto expressão de miséria (o desespero) quanto o remédio para esse mal (a esperança).

De uma forma indireta, a colocação da morte como uma categoria ética, como algo que deve orientar a existência, já aparece no *Pós-Escrito* de 1846. Nesta ocasião, no cerne de sua crítica ao objetivismo do idealismo hegeliano, Climacus reverbera a antiga noção socrática da filosofia enquanto preparação para a morte³. O filósofo grego, apesar de sua ignorância acerca daquilo que o além da morte lhe traria, acatava a possibilidade da imortalidade como um desafio ético para a sua existência. Desse modo, “Sócrates se esforçava para viver de uma maneira que seria considerada inocente no julgamento do mundo porvir” (POSSEN, 2011, p. 128). De modo breve, a sua vida era uma contínua preparação para a morte. Nos termos do pseudônimo kierkegaardiano, “em cima deste ‘se’ ele aposta toda a sua vida; ele se arrisca a morrer e, com a paixão do infinito, organiza toda a sua vida, de modo a tornar a morte aceitável” (KIERKEGAARD, 2013, p. 213).

De uma forma mais direta, o tema será explorado, primeiramente, na terceira seção dos *Tres Discursos para Ocasiones Supuestas* (2010) em um longo discurso

² Kierkegaard faz referência a *Wie Die Alten den Tod Gebildet: eine untersuchung* (*Como os Antigos Representavam a Morte: uma investigação*), panfleto polêmico publicado por Lessing em 1769. O crédito ao filósofo alemão é atribuído em uma longa nota no terceiro capítulo de *O Conceito de Angústia* intitulado “Angústia como consequência deste pecado que consiste na ausência da consciência de pecado”.

³ Apesar da retomada da tese de Sócrates por Climacus, Mooney (2011, p. 134) ressalta uma divergência importante entre a reflexão kierkegaardiana e a socrática. “Se a meditação socrática sobre a morte parece uma preparação para a morte, as meditações de Kierkegaard parecem uma intensificação da vida. E longe de ser um pesadelo ou terror, Kierkegaard e Climacus figuram a morte como um parceiro amoroso”.

intitulado *Sobre uma Tumba*. Neste texto, Kierkegaard, fazendo alusão ao Pregador (Qohélet) do *Eclesiastes* (7:12), procura levar o seu leitor a refletir sobre a seriedade da vida a partir da inquietante contemplação da pessoa falecida e, a partir dessa consideração, retirar as lições da casa do luto para a sua existência, nos termos da metáfora bíblica. Nesta obra, portanto, o encontro com a pessoa morta deixa de ser apenas uma experiência psicológica, mas se reveste de uma profunda reflexão ética. Olhar o morto é, na verdade, refletir sobre a vida, do ponto de vista de sua finitude, de seu caráter decisivo, enigmático e paradoxal. Esta estratégia literária será retomada dois anos depois no final de *As Obras do Amor* (1847), onde Kierkegaard apontará a recordação de uma pessoa falecida como uma das mais autênticas obras de amor. Nos tópicos seguintes faremos a análise mais detalhada do argumento kierkegaardiano neste capítulo.

2. A RECORDAÇÃO DA PESSOA FALECIDA COMO EXPRESSÃO DO AMOR DESINTERESSADO

Apiedar-se dos desgraçados não é contra a concupiscência. Ao contrário, bem satisfeitos ficamos com render esse preito de amizade e angariar uma reputação de ternura sem nada em troca (PASCAL, 2005, Bru. 452).

Considerando que o texto a ser analisado no presente artigo encontra-se no interior de outra obra (penúltimo discurso de *As Obras do Amor*), algumas considerações mais gerais sobre o propósito dessa obra kierkegaardina tornam-se necessárias. O texto *As Obras do Amor: algumas considerações cristãs em forma de discursos*, o qual Kierkegaard assina com o próprio nome, como antecipado pelo próprio título, se constitui em uma análise do conceito cristão de amor. Valendo-se do Mandamento do Amor pronunciado por Cristo no Evangelho (Mt. 22:39) e do célebre Hino do Amor escrito pelo apóstolo Paulo (I Co. 13), Kierkegaard reflete longamente sobre o caráter exigente do *ágape* cristão. Este, diferente do *eros* platônico e da *filia* aristotélica, é caracterizado pelo profundo senso de dever em relação ao próximo e, por conseguinte, desprovido de elementos prediletivos e preferenciais. De fato, tanto o *eros* quando a *filia* são caracterizados pela reciprocidade. Basta lembrarmos da célebre definição platônica do

amor como o desejo de possuir sempre o que é bom e belo (PLATÃO, 1972). Já Aristóteles, discorrendo sobre a *filia* em sua *Ética a Nicômaco*, coloca a amizade como a forma ideal de amor, pois nela “cada um recebe do outro, em todos os sentidos, o mesmo que dá” (ARISTÓTELES, 1991, p. 177).

Kierkegaard, obviamente, tem duras palavras para os amores mencionados acima, como vimos, exaltados por sua natureza recíproca. De fato, o filósofo dinamarquês faz questão de insistir que o amor, no sentido estritamente cristão, é o amor que não foi cantado pelos poetas. Estrito senso, esse desprendimento radical do amor ao próximo seria incompatível com o amor exaltado pelos poetas que era, na verdade, um egoísmo disfarçado (KIERKEGAARD, 2007, p. 34). Aliás, como é tematizado no último discurso, somente quem ama, no sentido do ágape cristão, pode tecer um elogio a essa forma de amor. Por isso, esse elogio já é em si uma obra de amor. Ao longo de sua reflexão, Kierkegaard ressalta a interioridade do amor, alertando inclusive o seu leitor acerca do perigo de se praticar as obras do amor de forma desamorosa (KIERKEGAARD, 2007, p. 28). Ao mesmo tempo, tal qual a árvore que é reconhecida por seus frutos, o amor é reconhecido por suas obras. Se, por um lado, o amor é uma questão de consciência, que deve ocupar a mais profunda subjetividade do indivíduo, por outro, ele só pode ser compreendido enquanto tal quando ganha vida na ação benevolente para com o próximo. Se o amor cristão só pode ser compreendido a partir de suas obras, Kierkegaard faz questão de analisar algumas dessas obras, dentre elas, encontra-se a recordação de uma pessoa falecida.

Em linhas gerais, a recordação da pessoa falecida é a expressão de um compromisso ético entre aquele que recorda e o morto. Por esta razão, a recordação não deve ser feita apenas no instante fatídico da morte, mas por um longo tempo. A recordação é uma tarefa, um dever a ser evidenciado não apenas no primeiro dia de luto, mas ao longo da vida em que o recordante poderá confirmar a sua fidelidade a si mesmo e ao falecido (KIERKEGAARD, 2007, p. 389). Para além do componente afetivo que marca o momento da ruptura radical e dos sentimentos que teimam em aceitar a ausência definitiva do ente querido, a recordação da pessoa falecida se constitui em uma tarefa árdua. Na relação com o morto, a pessoa que recorda se relaciona sozinha, fato que dificulta a persistência na recordação. Nos termos do pensador dinamarquês, “um defunto é um homem ardiloso, ele não exerce a mínima influência capaz de perturbar ou auxiliar o

vivente que se relaciona com ele. Um morto não é um objeto real, ele é tão somente uma ocasião” (KIERKEGAARD, 2007, p. 388). Esta característica peculiar da relação com a pessoa falecida é o que fará, na perspectiva kierkegaardiana, da sua recordação uma legítima obra de amor.

Em que sentido a inusitada recordação de uma pessoa falecida se constitui em uma obra do amor? Em princípio, parece estranha a colocação do exercício da recordação como uma obra de amor à luz do argumento principal de que o amor precisa se manifestar em obras visíveis a exemplo do fruto que manifesta a natureza da árvore. Por outro lado, a recordação é uma prática que expressa de um modo sensível a subjetividade, interioridade e consciência do indivíduo, noções caras ao *ágape* cristão, conforme já mencionamos. Não obstante, a questão principal não é propriamente o exercício da recordação, mas o seu objeto, a pessoa falecida. É esse objeto que torna tal exercício uma obra do amor.

A título de nota, vale lembrar que o procedimento kierkegaardiano no penúltimo capítulo de *As Obras do Amor*, aponta para duas influências importantes que marcaram o pensamento do dinamarquês. Além da influência da narrativa bíblica notada acima, ao se utilizar da metáfora da casa do luto encontrada no *Eclesiastes*, vê-se neste capítulo uma alusão a seu admirado professor Paul Martin Møller a quem Kierkegaard dedicara *O Conceito de Angústia*. Para o antigo mestre, a relação com a pessoa falecida fornecia uma medida adequada para o amor (STOKES, 2011, p. 254), ideia que norteará Kierkegaard em sua reflexão. Concentremo-nos, portanto, na análise do texto.

Antes de tudo, a recordação da pessoa falecida deve ser considerada uma obra do amor por ser uma ação genuinamente desinteressada. Como sabemos, ao longo de sua reflexão no texto de 1847, Kierkegaard insiste no caráter desinteressado do *ágape* cristão. A rigor, como nos lembra Umberto Regina, para o autor dos *Discursos Edificantes*, “só pode haver obras autênticas de amor se o egoísmo for radicalmente vencido por qualquer forma de reciprocidade” (REGINA, 2016, p. 139). Como no caso da parábola contada por Cristo, deve-se eliminar da ação amorosa o desejo pela retribuição. De fato, na expressão kierkegaardiana, o genuíno amor cristão exige que olhemos para o próximo com os olhos fechados. Contudo, “se quisermos garantir que o amor seja completamente

desinteressado, devemos então afastar toda possibilidade de retribuição” (KIERKEGAARD, 2007, p. 390). De modo óbvio, é justamente essa impossibilidade de retribuição que encontramos na pessoa falecida. Definitivamente, o morto é incapaz de retribuir o tempo e atenção que devotamos a ele na recordação. Portanto, essa recordação fiel dedicada a ele se configura em um amor marcado pelo mais alto grau de desinteresse e gratuidade. No pertinente comentário de Llevadot (2011, p. 214),

Aquele que segue o preceito de amar os mortos descobre um amor que é gratuito, desinteressado, e sem esperança, porque os mortos não têm expectativas e não podem nos recompensar da maneira que gostaríamos e esperamos dos vivos. O dever de amar os mortos expressa o dever de amar incondicionalmente e sem interesse.

À luz da reflexão kierkegaardiana, o amor pode conter duas formas de retribuição. Antes de tudo, a retribuição pode ser pensada em sentido heterogêneo. Neste caso, o amor é dispensado visando receber algo em troca que é diferente do amor dedicado. Não obstante, há situações em que a retribuição é da mesma natureza do amor, o que costumeiramente designamos como amor correspondido (KIERKEGAARD, 2007, p. 390). Em ambos os casos, a relação é marcada por uma reciprocidade. Às vezes, essa contrapartida se torna tão natural ao ponto de ser confundida com o vínculo de gratidão que deve marcar as relações. Obviamente, a pessoa falecida não poderá retribuir em nenhum dos sentidos apresentados. Qualquer um que dela queira recordar, deverá fazê-lo sabendo que não receberá nada em troca, deve, portanto, esvaziar-se de todo o interesse, de toda possibilidade de retribuição.

Nos termos da ilustração de Kierkegaard, o amor dos pais pelos filhos seria aquele que mais se aproximaria da recordação amorosa dedicada a um morto. Aparentemente, os pais parecem devotar aos filhos um amor desinteressado. São, por exemplo, capazes de amá-los quando eles ainda nem existem, dedicam horas a imaginar como será prazeroso o dia em que poderão segurá-los no colo e desfrutar de sua presença. Mas, mesmo nesta relação tão singela, o desinteresse é apenas aparente. No final das contas, há sempre a possibilidade de o amor ser correspondido. Os pais podem vislumbrar os longos anos que a almejada criança terá pela frente para fazê-los felizes. Ainda que não possa ser negada a legitimidade desse amor, deve ser destacado que ele não está livre de interesse. Na relação com a pessoa falecida, por sua vez, até mesmo essa possibilidade de retribuição está descartada. Nos termos do pensador de Copenhague:

Uma pessoa falecida não cresce e nem se desenvolve, como a criança voltada para o futuro; uma pessoa falecida apenas se esfarela como pó cada vez mais, rumo a uma ruína certa. Uma pessoa falecida não alegra quem a recorda como a criança alegra a mãe [...]. Uma pessoa falecida não ama a ninguém com predileção, na verdade, ela não ama absolutamente ninguém (KIERKEGAARD, 2007, p. 391).

Obviamente, uma forma de amor tão radicalmente desinteressado é bem pouco frequente entre os homens, quiçá, inexistente. Isso se evidencia na própria dificuldade em recordar desinteressadamente a pessoa falecida. A recordação vai rapidamente se esvaindo, talvez, com a mesma velocidade com que o corpo se decompõe. Muito rapidamente, o frio do interesse congela a chama tênue da memória. E tudo mergulha no esquecimento, como se jamais tivesse existido, nos termos do diagnóstico desencantado de Jaspers (2016, p. 131).

3. RECORDAÇÃO DA PESSOA FALECIDA COMO EXPRESSÃO DO AMOR LIVRE

“Se alguém disser: Amo a Deus, e odiar a seu irmão, é mentiroso; pois aquele que não ama a seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (Primeira Epístola de João 4:20).

Assim como a natureza desinteressada do amor é medida ao se afastar toda possibilidade de retribuição, o amor livre é identificado quando afastamos dele os elementos que poderiam servir para coagir a relação. Neste sentido, o amor verdadeiramente livre é aquele em que o objeto amado nada faz para coagir, obrigar ou cobrar daquele que ama a sua manifestação. Para Kierkegaard, é esse o tipo de amor que encontramos na recordação da pessoa falecida. Os vivos, podem de alguma forma, coagir a manifestação do amor, “mas isto está de fato excluído na relação com uma pessoa falecida, se então o amor permanece mesmo assim, trata-se da forma mais livre de amor” (KIERKEGAARD, 2007, p. 392).

Nos termos do entendimento kierkegaardiano, todo amor que se exerce mediante alguma forma de coação não é verdadeiramente livre. Por conseguinte, quanto mais forte for a coação exercida, menos livre será o amor. Tal coação que atenta contra a liberdade

do amor não precisa ser, a rigor, uma exigência deliberada ou impositiva. Ela pode também ser aplicada a cobranças mais sutis, tal qual podemos observar, mais uma vez, no amor dos pais para com os filhos. Mesmo se tomarmos como referência a criança recém-nascida, que ainda não tem condições de cobrar a atenção dos pais, de verbalizar o desejo de desfrutar de sua companhia, o amor, neste caso, não é totalmente livre. A criança chora e este choro, por sua vez, é uma lembrança do cuidado devido aos filhos, uma reivindicação de atenção, uma exigência que, mesmo a despeito do prazer envolvido, coloca os pais diante da sua responsabilidade em relação ao filho.

Este elemento de coação estará presente, em alguma medida, em todas as relações amorosas entre os vivos, desde a criança que, pelo choro, reivindica a atenção dos pais até o mendigo que suplica o auxílio da pessoa caridosa. Na relação com o morto, não obstante, a possibilidade de coação está definitivamente excluída. Ao modo kierkegaardiano:

O falecido não grita como a criança; ele não se introduz na recordação do mesmo jeito que o necessitado, não implora como o mendigo, não te constrange com a miséria visível e não te assalta como a viúva ao juiz⁴. O falecido silencia e não diz uma única palavra, ele fica bem tranquilo, não se move de onde está – e talvez também não sofra nenhum mal (KIERKEGAARD, 2007, p. 393).

O caráter livre do amor expresso na recordação do falecido pode ser comprovado no modo como esta tarefa dispensa as precauções quando uma pessoa não tem interesse em cumpri-la. No caso das obras de amor que são praticadas mediante a alguma forma de coação, o praticante pode recorrer a uma série de subterfúgios para eximir-se dessa responsabilidade. Um pai, por exemplo, pode atribuir a terceiros o cuidado em relação a seu filho, podemos fingir que não estamos em casa para não atender a súplica do mendigo ou até mesmo utilizarmos o disfarce para não sermos reconhecidos e não sermos coagidos a praticar uma determinada ação. Essas precauções estão excluídas na tarefa de recordar a pessoa falecida. Justamente por sua natureza livre, não precisamos recorrer ao esconderijo das precauções, dos subterfúgios. A rigor, “não há ninguém que importune menos um vivente do que um falecido, e ninguém é mais fácil de ser evitado do que um falecido” (KIERKEGAARD, 2007, p. 393).

⁴ Referência à parábola do juiz injusto contada por Cristo e registrada no Evangelho de Lucas (18:1 – 8).

No caso da recordação da pessoa falecida, a coação não pode ser admitida nem mesmo com o auxílio de terceiros que possam nortear ou motivar a relação. Até mesmo na relação entre pais e filhos, esse tipo de coação poderá existir. Em certas situações, por exemplo, um magistrado pode intervir na relação, pode cobrar dos pais mais cuidado em relação aos filhos. Como há o pressuposto do direito por parte do filho, a atenção pode ser cobrada, ficando evidenciada a coação. O pressuposto do direito, contudo, inexistente em relação à pessoa falecida. Um morto, dirá o pensador dinamarquês, “não tem mais direitos na vida, não há nenhum magistrado que tenha a ver com isso se recordas um falecido, não há autoridade que intervenha nessa relação” (KIERKEGAARD, 2007, p. 394).

A natureza livre da obra do amor que consiste em recordar a pessoa falecida precisa de tempo para ser demonstrada. Neste sentido, não é no instante da morte em que a pessoa viva se encontra sob o efeito da dor da separação que ela deve ser evidenciada. De certa forma, o sentimento de dor pela perda inesperada poderia servir como uma espécie de coação, o que poderia comprometer, neste primeiro momento, a natureza livre da recordação. Isso porque, justamente pelo fato de não haver coação, a tarefa de recordar a pessoa falecida vai sendo esquecida com o tempo e, pouco a pouco, nos libertamos dessa pesada tarefa da recordação. Portanto, a natureza livre desse empreendimento será evidenciada na sua permanência ao longo do tempo, quando o vivente não mais estiver sob o olhar daqueles que querem ver em lágrimas a sua fidelidade ao morto, quando o turbilhão de sentimentos que assolam a alma tiver passado.

O tempo será, portanto, o grande obstáculo e, por outro lado, a prova definitiva da natureza livre da recordação da pessoa falecida. Enquanto obstáculo da recordação, o tempo atua dentro de uma dialética marcada pela perda e pelo ganho. Ou seja, ao mesmo tempo em que opera o esquecimento gradual de tudo aquilo que lembra o falecido, ele possibilita ao vivente novas experiências, novas sensações e memórias que lutam para substituir as memórias antigas. Assim, será na luta contra o tempo que o amor livre deverá ser demonstrado. O tempo, não obstante, se revela um adversário poderoso. Conforme nos lembra Kierkegaard (2007), em sua astúcia, ele furta de nós um pouco de cada vez, o que dificulta a percepção do processo de esquecimento e, quando o processo for consumado, sequer lembraremos o que perdemos no esquecimento.

Assim, a recordação da pessoa falecida pode ser vista como uma genuína obra de amor, de um amor marcado por sua liberdade. É claro que a legitimidade dessa recordação não será confirmada no instante imediatamente posterior à morte. Esse amor livre só será demonstrado com o tempo. A recordação, não obstante, deverá resistir às armadilhas do tempo que, a todo momento, conspirará contra a liberdade do amor, ora com a arma da novidade, ora com a arma do esquecimento.

4. RECORDAÇÃO DA PESSOA FALECIDA COMO EXPRESSÃO DO AMOR FIEL

Ou pensas que Alceste morreria por Admeto, e Aquiles por Pátroclo, ou vosso próprio Codro para legar o governo a seus filhos se não tivessem pensado que a sua intrepidez deixaria para os tempos futuros uma memória imortal, uma memória como a que lhes votamos agora? (PLATÃO, 1972, 208D).

No exemplo acima, retirado do *Banquete*, percebe-se que a fidelidade do amante é mantida por algum elemento exterior ao amor propriamente dito. Dito de outro modo, é o desejo de glória e a possibilidade dos louvores vindouros que ajudam a manter os laços de fidelidade. Isso significa que, em última instância, a fidelidade não depende exclusivamente do amante. Se ele pudesse vislumbrar um cenário em que esse elemento motivador não estivesse presente, a sua fidelidade fatalmente se perderia. Obviamente, mesmo a despeito de seu caráter sacrificial, tal relação não poderia ser caracterizada como fiel segundo a análise kierkegaardiana.

Na última parte de seu discurso, Kierkegaard reflete sobre a natureza fiel do amor expresso na recordação da pessoa falecida. À maneira usual, o autor dos *Discursos Edificantes* destaca que é exatamente na recordação de uma pessoa falecida que encontramos a expressão mais autêntica do amor fiel. Neste sentido, ele convida seu leitor a examinar o que deve ser entendido por fidelidade. Na concepção do dinamarquês, o amor verdadeiramente fiel só pode ser encontrado quando afastamos tudo aquilo que o objeto do amor poderia fazer para motivar o amante a permanecer fiel (KIERKEGAARD,

2007, p. 396). Como se vê, Kierkegaard redefine a noção de fidelidade retirando dela qualquer vestígio de reciprocidade. Ele faz com que a fidelidade dependa exclusivamente do amante, nada podendo fazer o objeto que possa estimular e assegurar a manutenção desse vínculo.

Para Kierkegaard, é justamente na recordação da pessoa falecida que encontramos a perfeita expressão do amor livre. Na relação entre viventes, há sempre a possibilidade, da reciprocidade, do auxílio mútuo, do que ama ser estimulado a manter-se fiel pelo objeto do seu amor. Na relação com o morto, não obstante, esta possibilidade está excluída. Ao modo kierkegaardiano, “quando dois seres vivos se apoiam mutuamente no amor, um se apoia no outro, e seu vínculo sustenta a ambos, mas com o morto nenhum apoio mútuo é possível” (KIERKEGAARD, 2007, p. 397). Desse modo, a velha máxima do *Qohélet* segundo a qual “é melhor serem dois do que um porque um ajuda o outro” (Ec. 4:9), perde completamente o seu sentido na relação com a pessoa falecida.

Entre os vivos, a quebra da fidelidade é, geralmente, justificada por alguma alteração evidenciada no objeto do amor. O que supostamente amava justifica o seu esquecimento afirmando que a pessoa amada não é mais a mesma, deixando claro que a fidelidade estava condicionada a certas expectativas em relação ao objeto amado. Esse argumento, definitivamente, não poderia ser empregado em relação à pessoa falecida. Partindo do fato de que o morto é inalterável, acabado e definido, a mudança jamais poderia ser atribuída a ele e sim ao vivente. Em tom exortativo, o pensador dinamarquês nos diz que devemos ser cuidadosos em prometermos a um morto que jamais o esqueceremos. Costumamos fazer essas promessas aos vivos e, depois, o nosso esquecimento encontrará justificativa na suposta mudança do outro, mas não teremos esse subterfúgio que alivie o fato de não termos permanecido fiéis ao falecido. Nos termos da descrição poética de Kierkegaard,

Tu não poderias dizer a um morto que foi ele quem envelheceu e que isso explica tua relação modificada para com ele – pois um morto não envelhece. Tu não poderias dizer que foi ele quem se tornou frio com o tempo; pois ele não se tornou mais frio do que era quando tu te portavas tão calorosamente; de jeito nenhum foi ele quem ficou mais feio, razão porque tu não mais poderias amá-lo – pois, essencialmente, ele não se tornou mais feio do que quando era um bonito cadáver que no entanto não se presta como objeto para o amor (KIERKEGAARD, 2007, p. 398).

Assim, qualquer vivente que quiser manifestar o seu amor à pessoa falecida por meio da recordação fiel, deverá fazê-lo por si mesmo, sem esperar que o morto lhe auxilie nesta disposição. Obviamente, amar em tais condições não se constitui em uma tarefa fácil. Não obstante, a fidelidade é claramente uma marca distintiva do amor. De fato, o tema da fidelidade do *ágape* já havia sido tratado por Kierkegaard na primeira seção de *As Obras do Amor*. Na oportunidade, ele argumentara que os amores humanos são suscetíveis de várias mudanças e distorções a exemplo do hábito, do ódio e do ciúme. Somente o amor que se submeteu à transformação da eternidade permanece inalterável. Sem dúvida, a recordação da pessoa falecida poderia ser identificada como a expressão máxima do amor que se submeteu à transformação da eternidade. A fidelidade é garantia de que o amor permanecerá inalterado.

5. RECORDAR OS MORTOS PARA AMAR ADEQUADAMENTE OS VIVOS

Melhor é a boa fama do que o unguento precioso, e o dia da morte, melhor do que o dia do nascimento.

Melhor é ir à casa onde há luto do que ir à casa onde há banquete, pois naquela se vê o fim de todos os homens; e os vivos que o tomem em consideração.

Melhor é a mágoa do que o riso, porque com a tristeza do rosto se faz melhor o coração.

O coração dos sábios está na casa do luto, mas o dos insensatos, na casa da alegria.

Melhor é ouvir a repreensão do sábio do que ouvir a canção do insensato.

Pois, qual o crepitar dos espinhos debaixo de uma panela, tal é a risada do insensato; também isto é vaidade.
(Eclesiastes 7:1 – 6).

Para além do seu aspecto inusitado, a colocação da recordação da pessoa falecida como uma obra do amor tem suscitado uma enxurrada de críticas da parte dos estudiosos do pensamento kierkegaardiano. Por um lado, ela parece postular um dever esdrúxulo para com um morto, o que colocaria o dever de amar um objeto inexistente. Tal fato nos levaria a considerar estranha a tese de autores como Patrick Stokes de que a reflexão kierkegaardiana tinha como foco o cuidado para com os mortos e não a preocupação com os vivos. Por outro lado, na esteira da crítica que remonta o pensamento de Adorno, a preocupação com os mortos, ao invés dos vivos, não seria a expressão de uma ética

solipsista e totalmente desvinculada da realidade, acusação geralmente atribuída a Kierkegaard?

Obviamente, não teremos condições de debater neste breve artigo todo o arcabouço crítico que envolve o texto kierkegaardiano. Neste sentido, tomaremos como referência a crítica dos dois autores acima mencionados. De modo mais específico, procuraremos mostrar que tanto a concepção de Stokes quanto a crítica de Adorno não fazem jus à reflexão do pensador dinamarquês em *As Obras do Amor*. De fato, o entendimento que aqui defendemos, de que o filósofo de Copenhague toma o amor aos mortos como um modelo ético de amor aos vivos, já exclui as teses sustentadas por esses autores. Se a recordação possui uma finalidade para além de si mesma, então a reflexão kierkegaardiana não pode se restringir à consideração pelos mortos. Por outro lado, se esta finalidade assume o formato de um dever moral para com os vivos, então, Kierkegaard não poderia ser acusado de solipsista.

Em estudo intitulado *Duties to the Dead? Earnest Imagination and Remembrance (Deveres para com os mortos? Seriedade, Imaginação e Lembrança)* Patrick Stokes defende a tese que Kierkegaard tinha em vista uma prática concreta, não apenas fornecendo um experimento mental particularmente instrutivo. Por mais valioso que seja o exemplo de amar os mortos para as outras obras do amor, a reflexão kierkegaardiana teria como foco o amor ao morto em si mesmo (STOKES, 2011, p. 255). Stokes, com efeito é bastante crítico em relação a interpretações que tomam a tarefa de recordar os mortos como um modelo de amor a ser praticado em relação aos vivos. Em Adorno, a crítica a essa questão assume outro viés. O pensador alemão, como se sabe, apresenta críticas severas ao conceito kierkegaardiano de amor, considerando-o desvinculado da realidade, e sem uma compreensão ampla da sociedade. Falando especificamente sobre o penúltimo capítulo de *As Obras do Amor*, a crítica do filósofo germânico não poderia ser mais clara e contundente, conforme observamos no fragmento abaixo:

Mas esse é o fundamento da especulação kierkegaardiana sobre o amor aos mortos. O que há de ruim nisso está bem manifesto: o amor aos mortos é o que exclui da maneira mais completa aquele que, vivendo, retribui amor, propriamente a subjetividade em geral. Assim, ele parece ser o amor coisificado, pura e simplesmente fetichizado (ADORNO, 2010, p. 334).

As ponderações que faremos a partir de agora, de certo modo, contrariam tanto a tese de Stokes quanto a tese de Adorno. Antes de tudo, desconsiderar a dimensão ética do empreendimento kierkegaardiano, ou ignorar que o filósofo dinamarquês tem como alvo final de sua reflexão o amor pelos vivos é não atentar para a proposta mais ampla de 1847, mas, além disso, não atentar para aquilo que o próprio Kierkegaard afirma no texto em discussão. “Sim, vai ainda uma vez ao encontro dos mortos, para desse lugar olhar a vida de frente”, afirma Kierkegaard na abertura de seu texto. No encerramento do capítulo, o autor dos *Discursos Edificantes* é ainda mais categórico.

A obra de amor que consiste em recordar um falecido é, pois, uma obra do amor mais desinteressado, mais livre e mais fiel. Vai então e exerce-a; recorda o falecido e aprende justamente assim a amar as pessoas vivas de modo desinteressado, livre, fiel. Na relação com um falecido tens a medida com a qual podes testar-te a ti próprio (KIERKEGAARD, 2007, p. 399).

Como podemos observar, Kierkegaard toma a recordação da pessoa falecida como o modelo de amor que devemos dedicar aos vivos. Obviamente, o pensador existencial não está negando a legitimidade da recordação às pessoas mortas ou o zelo que devemos ter por aqueles que já se foram. A recordação amorosa não deixa de ser um dever dos vivos para com essas pessoas. No entanto, o objetivo primordial da reflexão kierkegaardiana é colocar em evidência o tipo de amor que devemos dedicar aos vivos. Desconsiderar essa implicação é perder o cerne que perfaz a análise de *As Obras do Amor*. Por outro lado, contrariando a crítica adorniana, a recordação da pessoa falecida, não é uma lembrança fetichizada e obsessiva que nos desvia do nosso dever para com os vivos (FERREIRA, 2001). Não se trata de um escapismo solipsista em relação ao dever moral de amar o próximo, mas de amá-lo da forma mais genuína possível.

Em 1845, dois anos antes da publicação de *As Obras do Amor*, Kierkegaard escrevera os *Tres Discursos para Ocasiones Supuestas* sugestivamente dedicados ao ‘falecido Michael Pedersen Kierkegaard’, seu falecido pai. No terceiro discurso, intitulado *Sobre uma Tumba*, as implicações morais da reflexão sobre a morte já haviam sido apontadas de modo bastante expressivo. Na compreensão kierkegaardiana, o encontro com o morto não é simplesmente a ocasião de pensar na morte, mas de pensar-se a si mesmo na morte. Nos termos do dinamarquês, “a morte nos dá uma força vital que nenhuma outra coisa nos dá, nos faz vigilantes como nenhuma outra coisa” (KIERKEGAARD, 2010, p. 451). Dentre outras coisas, a contemplação da morte,

desperta no existente um senso de urgência ao se deparar com a dimensão contingente da finitude, leva-o a viver como se fosse o último dia de sua existência atual e o primeiro de uma nova existência. Não se trata de uma imaginação evasiva, mas de uma reflexão profundamente comprometida com a existência, fato que também será percebido no texto de 1847.

A título de reiteração, na reflexão sobre o amor às pessoas falecidas no texto de 1847, Kierkegaard faz ecoar, além da influência do seu mestre Paul Martin Møller, a literatura sapiencial do Antigo Testamento. Grosso modo, esse tipo de literatura, adornada por analogias e metáforas do cotidiano e provido de forte teor moral, apresenta os princípios práticos que devem reger a conduta do sábio nas mais diversas áreas da vida, tendo como parâmetro fundamental o temor de Javé (Pv. 9:10). É claro no capítulo em questão o emprego desse recurso. Kierkegaard faz ecoar em seu discurso a sabedoria prática dos antigos mestres veterotestamentários. Especificamente, além da citação direta do livro de Sabedoria de Ben Sirac (22:12) contendo a orientação de chorar os mortos em silêncio reverente, há inúmeras referências ao livro de *Eclesiastes* a exemplo da expressiva metáfora da ‘casa do luto’ (7:1-6), que permeia toda a reflexão desse capítulo. Conforme observamos na passagem retomada na abertura dessa seção, o propósito de ir à casa do luto, isto é, de considerar de modo detido a pessoa falecida, é levar o vivente a uma profunda reflexão sobre a sua própria existência, do ponto de vista de seus limites e finalidade. A contemplação da precariedade da vida estampada no corpo inerte deve levar o vivente ao cultivo de uma vida de sabedoria. Não sem razão, o texto sagrado faz questão de destacar que os sábios se encontram na ‘casa do luto’, já os insensatos habitam na ‘casa do banquete’.

Diferente do banquete, que é a expressão mais angustiante do divertimento escapista, onde o homem foge de si mesmo para não contemplar o rosto apavorante de sua própria miséria, o funeral é o lugar do encontro autêntico com a existência, o lugar onde ele deve considerar atentamente a precariedade de sua estrutura existencial. Relembrando a analogia pascaliana, na morte do próximo, ele pode vislumbrar a iminência do seu próprio fim. A contemplação de um cadáver possibilita uma profunda reflexão sobre a vida, no espaço de um caixão funerário encontra-se a apologia mais inquietante e convincente da brevidade e seriedade da vida (MARQUES, 2020, p. 124).

As alusões ao texto de *Eclesiastes* no penúltimo capítulo de *As Obras do Amor* demonstram que a preocupação kierkegaardiana não é apenas com o mundo dos mortos, mas com o mundo da vida. Seu propósito, como já afirmado acima, é levar o seu leitor a considerar o tipo de amor que deve ser aplicado às pessoas vivas. Esta recordação paradigmática e existencialmente interessada parece denunciar a severidade da acusação de solipsismo ao filósofo dinamarquês. Vale lembrar que o tema da morte aparece vinculado neste capítulo ao conceito de seriedade existencial. Na oportunidade, Kierkegaard pontua que a seriedade da morte possibilita um despertar do indivíduo em relação à existência, não apenas do ponto de vista de sua finitude, mas um despertar em relação à existência eterna (KIERKEGAARD, 2007, p. 394), fazendo ressoar novamente a reflexão do *Qohélet* que coloca a meditação sobre a morte como uma ocasião para que o homem considere a sua relação com Deus (12:1 – 7). Desse modo, a recordação do falecido parece ensejar a preocupação do existente com a totalidade da existência. Esta conclusão está em perfeito acordo com a ideia mais ampla desenvolvida ao longo do livro, onde a relação com a eternidade surge como condição para que o mandamento do amor seja evidenciado.

De algum modo, a recordação da pessoa falecida leva o vivente a considerar a seriedade existencial. Essa tarefa silenciosa lembra-o a todo momento de sua tarefa para com os vivos. No discurso *Sobre uma Tumba* referido acima Kierkegaard faz uma interessante distinção entre três tipos de homens: *o homem dos sentidos*, *o homem profundo* e *o homem sério*. O primeiro é aquele que usa a morte para justificar a sua fuga existencial, aquele que diz ‘comamos e bebamos porque amanhã morreremos’, na célebre expressão paulina. *O homem profundo*, por sua vez, é aquele que a reflexão sobre a morte o conduz ao desespero. Diferente do *homem dos sentidos*, que evita refletir sobre a morte, num escapismo inconsequente, nos moldes do *divertissement* pascaliano, *o homem profundo* mantém uma relação autêntica com a recordação, mas fica aprisionado ao sentimento de impotência que a morte lhe suscita. *O homem sério*, por fim, é o único que mantém uma relação adequada com a morte, justamente porque a consideração do fim inevitável e misterioso leva-o ao seu comprometimento com a vida. A seriedade, neste sentido, consiste em ter uma visão correta sobre a existência a partir da consideração da morte. Em uma passagem singularmente elucidativa, aparentemente, não levada em conta por Adorno, o filósofo de Copenhague destaca o comprometimento ético do *homem sério*.

Ao homem sério, o pensamento da morte lhe dá o correto ímpeto na vida e a meta correta que deve dirigir sua marcha. A seriedade se aferra hoje mesmo ao presente, não despreza nenhuma tarefa por ser demasiadamente humilde, não descarta nenhum tempo por ser demasiadamente breve, trabalha segundo o máximo de suas capacidades (KIERKEGAARD, 2010, p. 452).

Defendemos, portanto, que a leitura do penúltimo capítulo de *As Obras do Amor* não pode ser feita de forma isolada do restante da obra em questão e do pensamento kierkegaardiano sobre o assunto contido em outras obras. No fundo o que o pensador dinamarquês afirma ao longo do texto de 1847 é que o amor que dedicamos ao próximo deve ser um amor desinteressado, livre e fiel tal qual encontramos ilustrado na recordação silenciosa e persistente de uma pessoa falecida. Há, com efeito, um objeto claro para o amor defendido por Kierkegaard: trata-se do próximo, o próximo que não pode ser confundido justamente porque a ninguém exclui da sua abrangência. Como nos lembra o pensador dinamarquês, se existirem apenas duas pessoas no mundo, o segundo seria o próximo a quem se deveria dedicar um amor desinteressado, livre e fiel. Pode-se dizer, portanto, que, nos dois capítulos finais de *As Obras do Amor*, Kierkegaard apresenta um paradigma do *ágape* cristão. Ele deve conter o caráter desinteressado, livre e fiel tal qual a recordação de uma pessoa falecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, o contexto em que vivemos, marcado pela pandemia do Covid 19, em que os corpos se multiplicam, a nossa dedicação aos mortos se restringe a verificação de dados estatísticos. Se, por um lado, a morte parece estar tão perto, a reflexão sobre ela torna-se banal, distante e, talvez, inexistente. São meros números sem rostos que, na maioria das vezes, não nos dizem nada. Mas estes também são tempos de isolamento, tempos em que somos cada vez afastados do nosso dever para com os vivos, do cuidado para com os vivos, do próximo que escapou da doença, mas não escapou do flagelo da fome.

Neste contexto, a reflexão kierkegaardiana no penúltimo capítulo de *As Obras do Amor*, convidando o seu leitor a aprender na recordação com os mortos o amor desinteressado, livre e fiel que deve dedicar aos vivos, possui uma atualidade vibrante e desafiadora. Contexto em que não apenas esquecemos os mortos, diante da banalização

da morte, mas também renunciamos o nosso cuidado para com os vivos sob a justificativa de que a preocupação com nosso próprio sofrimento nos exime da preocupação com o sofrimento do próximo. Não foram apenas os mortos que se tornaram para nós meros números a compor a estatística estarrecedora da desgraça, mas também os vivos que se tornaram corpos invisíveis a uma visão cada vez mais entorpecida pelo egoísmo. Em um cenário marcado pela miséria, pela indiferença e pelo isolamento, o texto kierkegaardiano, ao defender a urgência do amor desinteressado, se apresenta como um lenitivo e como uma possibilidade de superação do caos instalado na presente existência. Mais do que nunca, precisamos aprender, a partir da recordação dos mortos, o modo como devemos amar os vivos de modo desinteressado, livre e fiel, encontrando nessa recordação uma ocasião e modelo para cumprirmos a nossa tarefa em relação ao próximo que, embora vivo, encontra-se morto dentro de nós, esquecido no claustro silencioso da indiferença, invisível no olhar entorpecido pelo sofrimento. Mais do que nunca, precisamos honrar os mortos com a nossa memória, mas dedicar aos vivos assolados pela miséria, o amor na sua gratuidade incondicional.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W. (2010). **Kierkegaard: construção do estético**. São Paulo: Editora Unesp.

ARISTÓTELES (1991). **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural.

BÍBLIA (2008). Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, (edição Revista e Atualizada de João Ferreira de Almeida).

FERREIRA, Jamie (2001). **Love's Grateful Striving: a commentary on Kierkegaard's Works of love**. New York: Oxford University Press.

HEIDEGGER, Martin (2006). **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes.

JASPERS, Karl (2016). **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix.

KIERKEGAARD, Søren (2007). **As Obras do Amor: algumas considerações cristãs em forma de discursos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

_____ (2010a). **O Conceito de Angústia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

_____ (2010b). **Discursos Edificantes; Tres Discursos para Ocasiones Supuestas**. Madrid: Trotta.

_____ (2013). **Pós-Escrito às Migalhas Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, v. 1

- _____ (2016). **Pós-Escrito às Migalhas Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, v. 2.
- MARQUES, José C. L. (2020). Meditação ao pôr do sol da existência: a morte como categoria teológica fundamental. **Colloquium: Revista Multidisciplinar de Teologia**. v. 4, n. 2, p. 111 – 134.
- PASCAL, Blaise (2005). **Pensamentos**. 2. ed. (Edição Lafuma). São Paulo: Martins Fontes.
- PLATÃO (1972). **Diálogos: O Banquete, Fédon, Sofista, Político**. São Paulo: Abril Cultural.
- POLITIS, Hélène (2002). **Le Vocabulaire de Kierkegaard**. Paris: Elipses Édition Marketing S.A.
- REGINA, Umberto (2016). **Kierkegaard**. São Paulo: Ideias e Letras.
- SCHOPENHAUER, Arthur (2000). **Metafísica do Amor, Metafísica da Morte**. São Paulo: Martins Fontes.
- SÊNECA (2013). **Sobre a Brevidade da Vida**. Porto Alegre: L&PM.
- STOKES, Patrick; BUBEN, Adam (ed.) (2011). **Kierkegaard and Death**. Indiana: Indiana University Press.